



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 318/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1458/2004 (03 Vols).

Apensos: Processos nºs 3966/2012 e 4129/2008

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Autazes.

4- Exercício: 2003.

5- Responsável: Sr. Cicílio Correa, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 1156/2014 (fls. 416/421).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3516/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador Geral (fls. 422/424).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Autazes. Exercício 2003.

Considerar em débito o Responsável e aos Vereadores da Câmara Municipal de Autazes. Prazo para recolhimento dos valores.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Considerar o responsável Sr. Cicílio Corrêa, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, à época, em débito pelo valor de **R\$ 1.350,00** (hum mil, trezentos e cinquenta reais), determinando sua devolução aos cofres públicos municipais, devidamente corrigido e com acréscimos legais, em razão do recebimento de subsídios superior ao permitido no art. 29, VI, b, da Constituição da República de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2002 e em razão da acumulação indevida de subsídios dos cargos de Prefeito Municipal e Presidente da Câmara;

9.2- Considerar em débito os vereadores abaixo relacionados **no montante individual de R\$ 492,00** (quatrocentos e noventa e dois reais), por terem recebido os subsídios a mais do limite permitido pela Constituição federal em seu art 29 VI, b:

9.2.1- Maria Oneide Cerdeira de Paula	R\$492,00
9.2.2- Arlene Costa Figueiredo	R\$492,00
9.2.3- Francinete Onete da Silva	R\$492,00
9.2.4- Faustino Alves Pinto	R\$492,00
9.2.5- Emilson Sales de França	R\$492,00
9.2.6- Graça Izonei Vieira Tome	R\$492,00
9.2.7- Francisco Soares Pontes	R\$492,00

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 318/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores de **glosas** impostas aos cofres da **Prefeitura Municipal de Autazes**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste tribunal de Contas.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de maio de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral